

## AMMOR \_ Associação de Moradores do Loteamento Morada Real

CNPJ - 11.479.325/0001-15 - Sede, situada à Rua M nº 02 – 2ª Etapa – Loteamento Morada Real – Bairro Espírito Santo,  
CEP: 45.037-368, Vitória da Conquista/BA

Vitória da Conquista-Ba., 04 de Fevereiro de 2019.

Da:



Associação de Moradores do Loteamento Morada Real

Para:

Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista

A quem interessar possa:

Senhor (a),

A Associação de Moradores do Loteamento Morada Real, CNPJ: 11.479.325/0001-15, declara para os devidos fins, que a Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira, situada no Povoado de Cabeceira, Rua dos Andrade, s/nº, Distrito de José Gonçalves Município de Vitória da Conquista Bahia, CNPJ: 23.388.295/0001-10, vem realizando atividades de interesse comunitário nos últimos 12 (doze) meses.

Reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

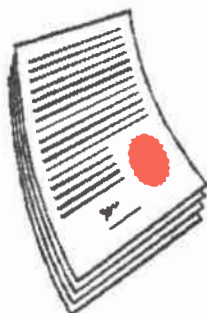
Ely Goretti Sales Evangelista  
Presidente da Associação

## Associação de Moradores do Alto da Conquista

CNPJ - 08.528.546/0001-21 - Av. Presidente Vargas, 15, Alto da Conquista, CEP: 45.045-970, Vitória da Conquista/BA

Vitória da Conquista-Ba., 04 Fevereiro de 2019.

Da:



Associação de Moradores do Alto da Conquista

Para:

Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista

A quem interessar possa:

Senhor (a),

A Associação de Moradores do Alto da Conquista, CNPJ: 08.528.546/0001-21, declara para os devidos fins, que a Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira, situada no Povoado de Cabeceira, Rua dos Andrade, s/nº, Distrito de José Gonçalves Município de Vitória da Conquista Bahia, CNPJ: 23.388.295/0001-10, vem realizando atividades de interesse comunitário nos últimos 12 (doze) meses.

Reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

A handwritten signature in blue ink that reads "Marilene Souza Alves".

Marilene Souza Alves  
Presidente da Associação

**Associação dos Agricultores Familiares e Moradores do Povoado de Poço Verde**

CNPJ – 16.673.168/0001-06- Sede, situada no Povoado de Poço Verde, São Joao da Vitória, s/nº - CEP: 45.000-970, Bairro-Sede, 660,0Km – BR 116, Município de Vitória da Conquista/BA

Vitória da Conquista-Ba., 04 de Fevereiro de 2019.

Da:



Associação dos Agricultores Familiares e Moradores do Povoado de Poço Verde

Para:

Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista

A quem interessar possa:

Senhor (a),

A Associação dos Agricultores Familiares e Moradores do Povoado de Poço Verde, CNPJ: 16.673.168/0001-06, declara para os devidos fins, que a Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira, situada no Povoado de Cabeceira, Rua dos Andrade, s/nº, Distrito de José Gonçalves, Município de Vitória da Conquista Bahia, CNPJ: 23.388.295/0001-10, vem realizando atividades de interesse comunitário nos últimos 12 (doze) meses.

Reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

A handwritten signature in blue ink that reads "Railda Porto Santos".

Railda Porto Santos  
Presidente da Associação

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.388.295/0001-10 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 07/04/2015
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE MORADORES DO POVOADO DE CABECEIRA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMPC			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO DT POVOADO DE CABECEIRA	NÚMERO 9999	COMPLEMENTO	
CEP 45.115-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO VITORIA DA CONQUISTA	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO*		TELEFONE (77) 8821-3893 / (77) 8872-0524	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/04/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 03/05/2018 às 10:13:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)

# Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira.

CNPJ – 23.388.295/0001-10 - Povoado de Cabeceira, Rua dos Andrade, s/nº - Distrito de José Gonçalves –Município de Vitória da Conquista- e-Contatos – (77)98872-0524(Conceição) e 98821-3893(Ely)



Vitória da Conquista-Ba., 04 de fevereiro de 2019.

Da: Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira.

Para: Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista.  
Gabinete do Presidente

Aos Cuidados do Sr. Luciano Gomes

Senhor (a),

A Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira, vem através desta requerer desta honrosa Casa da Democracia a Declaração de Utilidade Pública Municipal de acordo com a Lei Municipal nº 425/88, pois cumpre todos os requisitos enumerados nos artigos e incisos desta e em anexo os documentos exigidos no Art. 3º desta lei.

1. Ofício contendo a solicitação e enumerando os demais documentos;
2. Comprovação da regularização jurídica da Entidade junto ao Cartório de Registro de Título e Documentos;
3. Ata, Registrada em Cartório, da Assembleia de Fundação da Entidade;
4. Ofícios de 03 (três) Entidades Reconhecidas de Utilidade Pública Municipal, atestando que a Entidade pleiteante, desenvolve atividade de interesse comunitário, durante os últimos 12 (doze) meses. São elas:

- 1 – Associação de Moradores do Loteamento Morada Real, Utilidade Pública Municipal através da Lei Municipal nº 1.968/2013;
- 2 – Associação de Moradores do Alto da Conquista, Utilidade Publica Municipal através da Lei Municipal nº 1.491/2008 e
- 3 – Associação dos Agricultores Familiares e Moradores do Poço Verde, Utilidade Pública Municipal através da Lei Municipal nº 2.098/2016.

Respeitosamente,

Maria da Conceição Queiroz Chaves – Presidente

CNPJ – 23.388.295/0001-10 - Povoado de Cabeceira, Rua dos Andrade, s/nº - Distrito de José Gonçalves Município de Vitória da Conquista- Contatos – (77)98872-0524(Conceição)

Kamila Nazaré  
Secretária  
25/02/19  
11:09h



**Apoio e Assessoria Diversas, Inclusive: Contábil e Jurídica**

Rua Francisco Santos, 118, Centro – CEP: 45.015-110, Vitória da Conquista/BA

Contatos: (77) 8821 3893(Ely)-E-mail: irmossub@gmail. Com





## ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO POVOADO DE CABECEIRA

Sede – Povoado de Cabeceira, 9999 – Distrito de José Gonçalves – Município de Vitória da Conquista-Ba.

### Ata da Assembleia Geral para Fundação, Aprovação do Estatuto Social, Eleição e Posse da Primeira Diretoria da Associação de Moradores do Povoado de Cabeceira

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de Novembro do ano de 2013 (dois mil e treze), às 16:00 horas, na Escola Municipal Antonio Vasconcelos no Povoado de Cabeceira, Distrito de José Gonçalves, Município de Vitória da Conquista-Ba, reuniram-se na qualidade de fundadores os Srs. (a): Odair de Araújo Amaral, Brasileiro, Casado, Lavrador, Maior de Idade, residente no Povoado de Cabeceira, 9999 - CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portador do RG: 54.115.959-8-SSPSP e CPF: 875.615.495-04; Maria da Conceição Queiroz Chaves, Brasileira, Casada, Auxiliar Administrativa, residente no Povoado de Cabeceira, 46 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 04.926.842-27-SSPBA e CPF: 525.991.835-53; Aline Silva Oliveira, Brasileira, Solteira, Estudante, residente no Povoado de Cabeceira, 36 AP, 36 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 20.550.753-06-SSPBA e CPF: 067.470.105-40; Rebeca Queiroz de Andrade, Brasileira, Solteira, Estudante, residente no Povoado de Cabeceira, 46 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 15207827 48-SSPBA e CPF: 072.054.955-80; Vilson Pires Santos, Brasileiro, Casado, Lavrador, residente no Povoado de Cabeceira, 82 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portador do RG: 08366893 48-SSPBA e CPF: 783.959.335-68; Dalvanio Chaves de Amaral, Brasileiro, Solteiro, Lavrador, residente no Povoado de Cabeceira, 44 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portador do RG: 13.645.452-68-SSPBA e CPF: 030.779.625-60; Edileide Gomes Barros, Brasileira, Casada, Lavradora, residente no Povoado de Cabeceira, 92 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 05.801.823-98-SSPBA e CPF: 323.008.015-15; Marta Chaves Gomes, Brasileira, Solteira, Secretária do Lar, residente no Povoado de Cabeceira, 47 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 05.554.691-90-SSPBA e CPF: 986.307.415-20; Maria Senhora Pereira Freitas, Brasileira, Casada, Lavradora, residente no Povoado de Cabeceira, 78 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 09.617.217-74-SSPBA e CPF: 022.172.145-27; Adriano Pires Pereira, Brasileiro, Casado, Policial, residente no Povoado de Cabeceira, 22 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portador do RG: 11.184.434-70-SSPBA e CPF: 001.182.715-71; Natanael Gomes Chaves, Brasileiro, Casado, Lavrador, residente no Povoado de Cabeceira, 155 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portador do RG: 13454630 06-SSPBA e CPF: 026.259.335-18; Marizete Gomes Chaves de Sousa, Brasileira, Casada, Lavradora, residente no Povoado de Cabeceira, 77 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 07499654 10-SSPBA e CPF: 766.060.405-82, que assinam a lista de presença anexa e também são qualificados em relação anexa, tendo por finalidade, única e exclusiva, fundar uma associação de direito privado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário. Para presidir os trabalhos, foi indicada, por aclamação, a Sra. Millana Meira Queiroz, Brasileira, Casada, Estudante, residente no Povoado de Cabeceira, 153 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 20.294.860-94-SSPBA e CPF: 071.918.015-57 que escolheu a mim Alexia Silva Oliveira, Brasileira, Solteira, Estudante, residente no Povoado de Cabeceira, 36 AP 36 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 16357542 83-SSPBA e CPF: 071.943.915-97 para



secretariá-la. Com a palavra, o Sra. presidente enfatizou a necessidade de se constituir uma associação capaz de aglutinar forças e representar as aspirações dos presentes junto ao Poder Público e à iniciativa privada. Em seguida, submeteu à votação, proposta de denominação social e de endereço para a instalação da sede da entidade, já previamente discutidos, que foi imediatamente aprovado por unanimidade, da seguinte forma: Associação de Moradores do Povoado de Cabeceira, com Sede provisória no Povoado de Cabeceira, 9999, Distrito de José Gonçalves – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba. Ainda com a palavra, o Sra. Presidente distribuiu aos presentes, cópias do estatuto social a ser discutido, já de conhecimento geral, o qual, após ser integralmente lido e debatido, restou aprovado, por unanimidade, e segue em anexo, como parte inseparável da presente ata, para todos os fins de direito, ficando, portanto, definitivamente constituída a Associação de Moradores do Povoado de Cabeceira. Em ato contínuo, o Sra. Presidente deu início ao processo eletivo, visando compor os cargos da Diretoria Executiva, apresentando à assembléia os candidatos anteriormente inscritos, submetendo-os à votação. Após constar eleita por unanimidade, ficou a Diretoria Executiva composta da seguinte forma: Presidente – Odair de Araújo Amaral, Brasileiro, Casado, Lavrador, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 9999 - CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portador do RG: 54.115.959-8-SSPSP e CPF: 875.615.495-04; Vice Presidente - Maria da Conceição Queiroz Chaves, Brasileira, Casada, Auxiliar Administrativa, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 46 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 04.926.842-27-SSPBA e CPF: 525.991.835-53; 1ª Secretária - Aline Silva Oliveira, Brasileira, Solteira, Estudante, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 36 AP, 36 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 20.550.753-06-SSPBA e CPF: 067.470.105-40; 2ª Secretária - Rebeca Queiroz de Andrade, Brasileira, Solteira, Estudante, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 46 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 15207827 48-SSPBA e CPF: 072.054.955-80; 1º Tesoureiro - Vilson Pires Santos, Brasileiro, Casado, Lavrador, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 82 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 08366893 48-SSPBA e CPF: 783.959.335-68; 2º Tesoureiro - Dalvanio Chaves de Amaral, Brasileiro, Solteiro, Lavrador, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 44 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portador do RG: 13.645.452-68-SSPBA e CPF: 030.779.625-60; Conselho Fiscal Titulares: 1ª Edileide Gomes Barros, Brasileira, Casada, Lavradora, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 92 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 05.801.823-98-SSPBA e CPF: 823.008.015-15; 2ª Marta Chaves Gomes, Brasileira, Solteira, Secretária do Lar, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 47 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 05.554.691-90-SSPBA e CPF: 986.307.415-20; 3ª Maria Senhora Pereira Freitas, Brasileira, Casada, Lavradora, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 78 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 09.617.217-74-SSPBA e CPF: 022.172.145-27. Conselho Fiscal Suplentes: 1º Adriano Pires Pereira, Brasileiro, Casado, Policial, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 22 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portador do RG: 11.184.434-70-SSPBA e CPF: 001.182.715-71; 2º Natanael Gomes Chaves, Brasileiro, Casado, Lavrador, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 155 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 13454630 06-SSPBA e CPF: 026.259.335-18 e 3ª Marizete Gomes Chaves de Sousa, Brasileira, Casada, Lavradora, Maior, residente no Povoado de Cabeceira, 77 – CEP 45.000-000, Município de Vitória da Conquista-Ba, portadora do RG: 07499654 10-SSPBA e CPF: 766.060.405-82. E, por fim, a Sra. Presidente dá posse aos eleitos, para a gestão de: 23/11/2013 à 23/11/2015, passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembléia geral, determinando a mim, que servi como secretária, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro



94 junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente  
 95 segue assinada por mim e pela Sr. Presidente e por todos os eleitos, como sinal de sua aprovação.  
 96 Povoado de Cabeceira, Distrito de José Gonçalves, Município de Vitória da Conquista-Ba. 23 de  
 97 Novembro de 2013.

98 Millana Meira Queiroz  
 99 Presidente da Assembléia – Millana Meira Queiroz

100 Alexia Silva Oliveira  
 101 Secretário da Assembléia – Alexia Silva Oliveira

102 Edgard Junior Rocha Paes  
 103 Secretaria Executiva

104 Edgard Junior Rocha Paes  
 105 Presidente – Edgard Junior Rocha Paes

106 Maria da Conceição Queiroz Chaves  
 107 Vice Presidente - Maria da Conceição Queiroz Chaves

108 Aline Silva Oliveira  
 109 1ª Secretária - Aline Silva Oliveira

108 Rebeca Queiroz de Andrade  
 109 2ª Secretária - Rebeca Queiroz de Andrade

110 Vilson Pires Santos  
 111 1º Tesoureiro - Vilson Pires Santos

110 Dalvanio Chaves de Amaral  
 111 2º Tesoureiro - Dalvanio Chaves de Amaral

112 Conselho Fiscal Titulares

113 Edilide Gomes Barros  
 114 1º Edilide Gomes Barros

115 Marta Chaves Gomes  
 116 2º Marta Chaves Gomes

117 Maria Senhora Pereira Freitas  
 118 3º Maria Senhora Pereira Freitas

112 Conselho Fiscal Suplentes

113 Adriano Pires Pereira  
 114 1º Adriano Pires Pereira

115 Natanael Gomes Chaves  
 116 2º Natanael Gomes Chaves

117 Marizete Gomes Chaves de Sousa  
 118 3º Marizete Gomes Chaves de Sousa

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA  
 Tabelião - Maria Eny Vargens Diniz Correia Leite  
 Rua Rotary Club, nº. 107 - Térreo - Centro - CEP:45.000-410 - Fone: (77) 3421-3436

Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:

[263ZTAN0]-MARIA DA CONCEIÇÃO QUEIROZ CHAVES.....

[263ZQPC0]-DALVÂNIO CHAVES DE AMARAL.....

Vitória da Conquista, 19/01/2015 08:17:19

DADS

Em testemunho da verdade.

LILIAN SANTOS LIMA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

Emol: 3,40 / Tax. Fiscalização: 2,46 / Fecon: 1,04 / DF Pub: 0,10



CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA  
 Tabelião - Maria Eny Vargens Diniz Correia Leite  
 Rua Rotary Club, nº. 107 - Térreo - Centro - CEP:45.000-410 - Fone: (77) 3421-3436

Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:

[263ZRKV0]-ALINE SILVA OLIVEIRA.....

Vitória da Conquista, 19/01/2015 08:17:19

DADS

Em testemunho da verdade.

LILIAN SANTOS LIMA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

Emol: 1,70 / Tax. Fiscalização: 1,23 / Fecon: 0,52 / DF Pub: 0,05

Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:

[263ZTAN0]-MARIA DA CONCEIÇÃO QUEIROZ CHAVES.....

[263ZQPC0]-DALVÂNIO CHAVES DE AMARAL.....

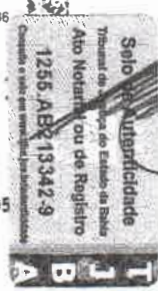
Vitória da Conquista, 19/01/2015 08:17:19

DADS

Em testemunho da verdade.

LILIAN SANTOS LIMA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

Emol: 3,40 / Tax. Fiscalização: 2,46 / Fecon: 1,04 / DF Pub: 0,10



19 JAN 2015

Carta de Vitória da Conquista - BA

1º TABELIONATO DE NOTAS - PAES

RECONHECIMENTO DE FIRMA POR SEMELHANÇA

Reconheço a(s) assinatura(s) indicada com

por SEMELHANÇA e dou FE.

El. Edgard Junior Rocha Paes - Tabelião

El. Bruno Rocha Paes - Tabelião Substituto.

Sr. Brina Almeida Alves - Escrevente.

J. Scleide Soares Carnerino - Escrevente.

Válido somente com o selo de autenticidade



**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, AGRICULTORES FAMILIARES E  
TRABALHADORES RURAIS DO POVOADO DE CABECEIRA**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPITULO I - DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS**



**Art. 1º - A Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira, CNPJ - 23.388.295/0001-10,** é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída em 23 de Novembro de 2013 como associação de fins não econômicos ou lucrativos, regida pelo presente Estatuto, pela Constituição Federal de 1988, pelo Código Civil - Lei 10.406/2002, e, subsidiariamente, pela Lei das Sociedades Anônimas - Lei 6.404/1976.

**Art. 2º - A Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** tem sede e foro na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, com sede localizada no Povoado de Cabeceira, Rua dos Andrade, s/nº, Distrito de José Gonçalves, Município de Vitória da Conquista-BA - CEP 45.115-000.

**Art. 3º -** A duração desta associação será por prazo indeterminado.

**Art. 4º -** São fins da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**

- a) Defender os interesses dos sócios, moradores das localidades nos limites de sua atuação e atribuições;
- b) Unificar as ações dos associados, produtores rurais e trabalhadores, visando à melhoria de todas as condições físicas, produtivas, comerciais, culturais e esportivas da comunidade;
- c) Fortalecer a organização econômica social e política dos moradores, produtores rurais e trabalhadores;
- d) Racionalizar as atividades econômicas desenvolvidas por formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização;
- e) Garantir os direitos dos associados junto ao poder público, principalmente no atendimento das necessidades de educação, saúde, habitação, transporte e lazer;
- f) Contribuir para organização de movimentos voltados para preservação ambiental;

**Parágrafo Único -** Para alcançar os objetivos da Associação, a mesma poderá fazer convênios e filiar - se a entidades públicas ou privadas;

- g) Promover estudos de causas determinantes ou condicionantes dos problemas existentes na localidade e propor soluções para os mesmos junto aos órgãos públicos e privados competentes;

- h) Lutar por creches, unidades de ensino, de pesquisas, de assistência médica e outros serviços comunitários;
- i) Encaminhar e coordenar ações jurídicas em defesa da comunidade, quando esta se sentir ameaçada com perda dos seus direitos, à moradia, educação, saúde e gêneros de primeira necessidade;
- j) Apoiar as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho;
- k) Incentivar o esporte em todas as categorias e promover campeonatos entre outras entidades;
- l) Criar grupos de apoio nos diversos seguimentos sociais, visando apoiar iniciativas da comunidade;
- m) Contribuir para o fomento e o fortalecimento da economia popular e solidária.



**Art 5º** - Para a realização de seus fins a **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** usará dos meios lícitos adequados, em especial:

- a) Utilizará a mídia disponível e promoverá reuniões entre seus membros para divulgar seus trabalhos e informações;
- b) Cooperará ou manterá convênios com pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- c) Realizará atividades, em conjunto ou não com outras entidades, bem como pleiteará junto a entidades particulares e aos poderes públicos todo apoio necessário para atingir seus objetivos.

**Art 6º** - No desenvolvimento de suas atividades, a **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** não promoverá a discriminação de sexo, raça, cor, condição social, credo religioso ou afiliação política.

## **CAPÍTULO II - DO QUADRO SOCIAL**

**Art. 7º** - A **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** é constituída pela associação de pessoas físicas, nas condições estabelecidas neste Estatuto, sendo o quadro social composto pelas categorias de:

- I - Associados Fundadores;
- II - Associados Regulares.

§ 1º - Associados Fundadores são os signatários da ata de fundação da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** e todos aqueles que vierem a ser aprovados como tais por, pelo menos, 2/3 dos associados fundadores, em Assembléia constituída especificamente para este fim;

§ 2º - Associados Regulares são todos aqueles admitidos no quadro social e não enquadrados como Fundadores.

**Art. 8º** - Poderão ser admitidos como associados os maiores de 18 anos, devendo a proposta ser apresentada em formulário próprio, que será encaminhado à Diretoria para apreciação.

**Parágrafo Único** - Não há limite para o número de associados regulares que venham a compor o quadro social.

**Art. 9º** - São direitos dos associados:

- a) Participar das atividades da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**;
- b) Votar nas Assembléias Gerais da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**;
- c) Requerer a convocação da Assembléia Geral em conjunto com pelo menos um quinto dos associados.

**Art. 10º** - São deveres dos associados:

- a) Conhecer e respeitar este estatuto e os demais atos e normas regularmente estabelecidas pelos órgãos de administração;
- b) Pagar pontualmente a contribuição mensal de associado;
- c) Desempenhar com empenho e zelo qualquer função para a qual tenha tomado posse na **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**;
- d) Zelar pelo bom nome da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** junto à comunidade;
- e) Zelar pela conservação dos bens da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** e influir para que os outros o façam;
- f) Acatar as decisões da Diretoria, assim como de seus membros ou representantes e dos funcionários, no exercício de suas funções estatutárias;
- g) Tratar a todos com respeito e urbanidade, manter irrepreensível conduta moral e portar-se com absoluta correção nas dependências da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** e nos eventos em que estiver como representante da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**; e,
- h) Cumprir e fazer cumprir fielmente o Estatuto Social assim como as Resoluções da Diretoria.

§ 1º - O associado poderá solicitar seu afastamento do quadro social à Diretoria, pleiteando a isenção do pagamento da mensalidade, por motivo de viagem ou mudança para outro município distante que impeça a sua participação nas atividades da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**.

§ 2º - Somente será concedido afastamento ao associado que estiver quite com todas as suas obrigações sociais.

§ 3º - O associado que houver estiver afastado por pedido próprio, para voltar a fazer parte da Associação deverá pagar o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) de uma mensalidade vigente.





§ 4º - A Diretoria reserva-se o direito de recusar o reingresso do associado afastado.

§ 5º - O afastamento previsto neste artigo não poderá, em nenhum caso, ser inferior a 3 (três) meses e superior a 12 (doze) meses.

§ 6º - Caso o prazo de afastamento seja inferior ao limite previsto no parágrafo anterior, o interessado deverá, obrigatoriamente, pagar os meses correspondentes a seu afastamento, a fim de que possa retomar a sua condição de associado.

§ 7º - Ficam suspensos os direitos do associado durante o seu afastamento.

**Art. 11º** - Os Associados que descumprirem as determinações do Estatuto estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) impedimento parcial;
- c) suspensão;
- d) exclusão.

**Art. 12º** - As penalidades de advertência e suspensão serão aplicadas pelos membros que representem 2/3 da Diretoria e terão os seguintes parâmetros:

- a) Advertência: a pena de advertência escrita será aplicada pela Diretoria, em caráter reservado, aos associados nas transgressões disciplinares para as quais não sejam previstas outras penalidades específicas.
- b) Impedimento parcial: a penalidade de impedimento parcial para participar de quaisquer atividades da Associação será aplicada, pela Diretoria, ao associado que praticar transgressões disciplinares. Caberá à Diretoria definir qual a atividade que será impedida ao associado. Os prazos do impedimento parcial não poderão exceder 1(um) ano em cada caso.
- c) Suspensão: a penalidade de suspensão será aplicada pela Diretoria e vigorará por até 1 (um) ano, mediante notificação ao associado que:

I - For reincidente em falta anteriormente punida;

II - Desacatar dirigente da Associação, injuriar associado, ou, ainda, proceder de modo atentatório à lei, à moral e aos bons costumes nas dependências da Associação ou onde ela esteja representada;

III - Desacatar determinações e ordens de dirigentes ou seus propostos, provocar agressão ou agredir nas dependências da Associação ou onde ela esteja representada;

IV - Dar publicidade a questões infundadas ou inverídicas a respeito da Associação;

V - Envolver o nome e o conceito da Associação em questões ou fatos que possam acarretar danos à Entidade;

VI - Postular ou reivindicar em nome da Associação, sem sua prévia e necessária concordância ou autorização;

VII - Promover, no âmbito da Associação, atividades incompatíveis com os objetivos da Entidade; e,

VIII - Omitir-se no cumprimento de suas obrigações ou exceder-se no exercício de seus direitos, de modo a causar danos à Associação.



**Parágrafo único.** Quando o infrator for um membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, as penalidades de advertência, impedimento parcial e suspensão serão aplicadas em Assembleia Geral pelos membros que representem 2/3 dos presentes.

**Art. 13º** - A exclusão do Associado só é admissível havendo justa causa, obedecido o disposto no estatuto, sendo considerada motivo quando o Associado provocar ou causar prejuízo moral ou material à Associação.

**Art. 14º** - Os associados não respondem solidária ou subsidiariamente por dívidas, obrigações sociais e responsabilidades da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**.

### **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art 15º** - A administração da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** será realizada pelos seguintes órgãos:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria.

**Art 16º** - As atividades dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Comissões Auxiliares da Diretoria não serão remuneradas, sendo vedada a distribuição de qualquer vantagem, sob qualquer forma e a que título for.

### **CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art 17º** - As Assembleias Gerais ordinárias ou extraordinárias da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante edital contendo o local, data, hora e a ordem do dia dos assuntos a serem discutidos.

**Parágrafo Único** - O Edital de convocação deverá ter uma cópia afixada em local de fácil acesso na sede e poderá ser enviado por correio ou por e-mail aos associados, devendo sempre ser obedecido o prazo estabelecido no "caput" deste artigo.

**Art. 18º** - Na data, local e hora determinados, a Assembleia Geral se instalará e deliberará sobre a ordem do dia com a presença da metade mais um dos associados.

**Parágrafo Único** - Não havendo número suficiente conforme o determinado no "caput", a Assembleia Geral tomará as deliberações constantes da convocação, 1/2 (meia) hora após o horário previsto na convocação, com qualquer número de associados, exceto nas situações especificadas neste estatuto, ou em Lei, que requeiram quórum específico.



**Art. 19º** - Sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto, compete à Assembléia Geral:

- a) Eleger os membros da Diretoria para um mandato de quatro anos, com votos válidos somente dos associados fundadores;
- b) Eleger os membros e suplentes do Conselho Fiscal para um mandato de quatro anos, com votos válidos somente dos associados fundadores;
- c) Deliberar sobre as contas, que devem ser apresentadas pelo Presidente e anualmente;
- d) Alterar, no todo ou em parte, o Estatuto;
- e) Julgar os membros da Diretoria e Conselho Fiscal, nos termos do art. 13 e aplicar as penas;
- f) Interpretar o presente estatuto;
- g) Deliberar sobre os recursos contra as decisões da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- h) Deliberar sobre a dissolução e, caso dissolvida, sobre o destino de seus bens, com votos válidos somente dos associados fundadores;
- i) Deliberar sobre pedido de demissão de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal;
- j) Deliberar sobre a compra de bens imóveis;
- k) Deliberar sobre a venda ou alienação a qualquer título de bens imóveis, fixando as condições de negociação; e,
- l) Interpretar o presente Estatuto, e deliberar sobre casos omissos.

§ 1º - Na data, local e hora determinada a Assembléia Geral será instalada em primeira convocação com metade mais um dos associados.

§ 2º - Não havendo quorum para a instalação conforme o § 1º acima, a Assembléia Geral se instalará em segunda convocação ½ (meia) hora após o horário previsto na convocação, com qualquer número de associados, exceto nos casos previstos no § 3º.

§ 3º - Para as deliberações a que se referem o artgo 19 letras d (alteração do estatuto), e (destituição de Diretores e integrantes do Conselho Fiscal), h (Dissolução da associação), j (compra de imóveis) e k (venda ou alienação a qualquer título de imóveis) é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

§ 4º - Exceto para o previsto no § 3º acima, a Assembléia Geral aprovará as matérias colocadas em deliberação pelo voto concorde da maioria absoluta dos presentes.

§ 5º - Para a deliberação sobre o artigo 19 letra e. (destituição de Diretores e integrantes do Conselho Fiscal) a Assembléia Geral deverá inicialmente abrir processo, o qual garanta ampla oportunidade de defesa, com prazo mínimo de 30 dias para a deliberação sobre o mesmo.

**Art. 20º** - A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente uma vez ao ano para deliberar sobre a letra c do artigo 19, com parecer do Conselho Fiscal, e a cada quatro anos para as eleições de que tratam as letras a e b do artigo 19, e





extraordinariamente a qualquer tempo para tratar dos demais assuntos de sua competência.

**Art. 21º** - A Assembléia Geral se reunirá mediante convocação do Presidente ou seu substituto legal, do Conselho Fiscal ou de um quinto dos associados.

## **CAPÍTULO V - DA DIRETORIA**

**Art. 22º** - A Diretoria será composta de:

- I - Presidente (a);
- II - Vice Presidente (a);
- III - 1º - Secretário (a);
- IV - 2º - Secretário (a);
- V - 1º - Tesoureiro (a);
- VI - 2º - Tesoureiro (a);
- VII - Conselho Fiscal.

**Art. 23º** - Compete à Diretoria, coletivamente:

- a) Aprovar normas e regulamentos complementares a este Estatuto;
- b) Aprovar o calendário das atividades a serem desenvolvidas;
- c) Elaborar o orçamento anual;
- d) Deliberar sobre a admissão e demissão de associados;
- e) Tomar conhecimento regular e deliberar sobre as atividades dos membros da Diretoria no desempenho de suas funções;
- f) Deliberar sobre convênios, acordos e outras parcerias a serem estabelecidas pela **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**;
- g) Deliberar sobre contratos a serem estabelecidos pela **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**;
- h) Deliberar sobre outras matérias que não sejam de competência expressa da Assembléia Geral ou do Conselho Fiscal;
- i) Instaurar processo administrativo contra associado pelo descumprimento deste estatuto ou da legislação vigente que cause, ou venha a causar, prejuízo material ou moral à **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**;
- j) Deliberar sobre penalidades a serem impostas aos associados ou vinculados;
- k) Aprovar a contratação de funcionários;
- l) Instituir Comissões;
- m) Fixar anualmente a contribuição mensal a ser feita pelos associados;
- n) Deliberar sobre o estabelecimento de atividades ou programas que visem melhor atingir as finalidades da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**;
- o) Elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas pela **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** submetendo à apreciação do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral.
- p) Dar publicidade ampla das suas decisões e das atividades desenvolvidas; e,



- q) Deliberar sobre aluguel, empréstimo ou cessão a qualquer título de imóveis ou sobre a alienação de bens móveis.

§ 1º - A Diretoria será convocada pelo Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

§ 2º - A Diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente a qualquer tempo.

§ 3º - As reuniões serão instaladas com a presença da maioria dos membros e as deliberações serão tomadas pelo voto concorde da maioria absoluta dos presentes.

§ 4º - As reuniões da Diretoria serão abertas a todos os associados, podendo qualquer um deles fazer uso da palavra mediante prévia anuência do Presidente, ou seu substituto legal.

**Art. 24º - Compete ao Presidente (a):**

- a) Representar legalmente a **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** perante a sociedade em geral, ativa ou passivamente, judicial ou extra-judicialmente;
- b) Firmar convênios, acordos, contratos e demais documentos que representem obrigações de qualquer natureza da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**;
- c) Movimentar contas bancárias em nome da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**;
- d) Supervisionar as atividades administrativas da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**;
- e) Tomar decisões "ad-referendum" da Diretoria, em situações graves ou urgentes;
- f) Nomear auxiliares para funções específicas ou membros de Comissões instituídas pela Diretoria; e,
- g) Apresentar as contas da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** elaboradas sob a supervisão do Tesoureiro anualmente à Assembléia Geral, com o parecer do Conselho Fiscal;

**Art. 25º - Compete ao Vice Presidente (a):**

- a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Superintender as atividades de relações públicas da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** com a comunidade; e,
- c) Exercer outras atividades designadas pelo Presidente.

**Art. 26º - Compete ao 1º - Secretário (a):**

- a) Elaborar as atas das reuniões da Diretoria;
- b) Superintender as atividades da secretaria; e,



- c) Substituir o Vice Presidente em suas faltas e impedimentos.

**Art. 27º** - Compete ao 2º - Secretário (a):

- a) Substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos

**Art. 28** - Compete ao 1º - Tesoureiro (a):

- a) Superintender as atividades da tesouraria;  
b) Superintender os serviços de contabilidade;  
c) Elaborar a proposta de orçamento anual da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** e submetê-la à apreciação da Diretoria; e,  
d) Substituir o Secretário, em suas faltas ou impedimentos.

**Art. 29º** - Compete ao 2º - Tesoureiro (a):

- a) Substituir o 1º Tesoureiro, em suas faltas ou impedimentos.

**Art. 30º** - O mandato da Diretoria será de quatro anos, sendo permitida apenas uma reeleição consecutiva no mesmo cargo.

#### CAPÍTULO VI - DO CONSELHO FISCAL

**Art. 31º** - O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente e constituído de três membros titulares e três suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria, com mandato de quatro anos.

**Art. 32º** - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Dar parecer nas contas da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** apresentadas pelo Presidente;  
b) Assumir a direção em caso de renúncia coletiva da Diretoria por um prazo de até trinta dias, período este que deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária para eleição da nova Diretoria;  
c) Conhecer e dar parecer sobre o relatório anual da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** elaborado pela Diretoria; e,  
d) Dar parecer sobre questões encaminhadas pela Diretoria ou pela Assembleia Geral.

#### CAPÍTULO VII - DAS ELEIÇÕES

**Art 33º** - As eleições ordinárias da Diretoria e do Conselho Fiscal realizar-se-ão a cada quatro anos, no mês de término do mandato dos atuais ocupantes desses cargos, cabendo exclusivamente aos associados fundadores votar nesta matéria.





**Parágrafo Único** - A convocação da Assembléia Geral para realização das Eleições será feita na forma prevista neste estatuto.



**Art 34º** - A inscrição para participar das eleições far-se-á na forma de chapa completa para a Diretoria e Conselho Fiscal, podendo a mesma ser registrada 10 dias antes da Assembléia Geral eletiva.

**Parágrafo Único** - O associado que concorrer a cargo eletivo só poderá participar de uma chapa e para um único cargo, após pelo menos um ano de registro como associado.

**Art 35º** - A forma de votação será a direta e secreta sendo o voto dado a toda Chapa, vencendo a que tiver maior número de votos.

**Parágrafo Único** - Em caso de chapa única, a votação poderá ser feita por aclamação por decisão da Assembléia Geral.

**Art. 36º** - Nas eleições, o associado fundador não poderá se fazer representar por procuração para votar.

#### **CAPÍTULO VIII - DAS FONTES DE RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO, DA DESPESA E DO PATRIMÔNIO**

**Art. 37º** - Os recursos para a manutenção das atividades da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira** serão provenientes de:

- a) Contribuições mensais dos associados e dos vinculados;
- b) Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- c) Patrocínios recebidos para a realização de eventos e programas relacionados com seus fins;
- d) Aplicações financeiras de recursos existentes;
- e) Rendimentos de ações e demais papéis ou direitos que possuir;
- f) Aluguéis de bens móveis e imóveis que possuir;
- g) Subvenções, auxílios ou transferências a qualquer título de pessoas jurídicas de direito público para a realização de atividades relacionadas com os seus fins;
- h) Convênios, acordos ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas decorrentes da realização de atividades relacionadas com os seus fins;
- i) Eventos esportivos e sociais promovidos; e,
- j) Outras fontes eventuais.

**Parágrafo Único** - Os recursos em dinheiro poderão ser empregados em títulos da dívida pública, aplicações financeiras, caderneta de poupança, ações e demais papéis dentro dos objetivos da **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**, desde que tal investimento não cause prejuízo à saúde financeira da associação.

Art. 38º - A despesa será composta de todos os itens necessários para que a **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**, direta ou indiretamente, atinja as suas finalidades.

Art. 39º - O patrimônio e as receitas da Associação somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos, não podendo haver qualquer distribuição de receitas, à qualquer título, aos seus associados, ainda que membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

Art 40º - Dissolvida a **Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Povoado de Cabeceira**, o remanescente do seu patrimônio líquido, será destinado pela Assembléia Geral à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

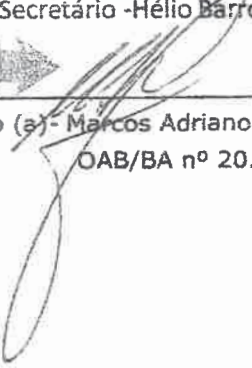
## CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41º - O presente estatuto foi aprovado em Assembléia Geral em 24 de Fevereiro de 2018.

Povoado de Cabeceira - Distrito de José Gonçalves - Município de Vitória da Conquista/Ba, 24 de Fevereiro de 2018

  
Presidenta - **Maria da Conceição Queiroz Chaves**

  
Secretário - **Hélio Barros Salomão**

  
Advogado (s) - **Marcos Adriano Cardoso de Oliveira**  
OAB/BA nº 20.630

Ur. Marcos Adriano Cardoso de Oliveira  
Advogado - OAB/BA 20.630  
Rua João Pessoa, 446 Centro  
Vitória da Conquista - BA Cep: 45.900-405

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA  
Tabela: Maria Cely Vargas Dias Cordeiro Leite  
Rua Ruy Costa, nº 107 - Telere - Centro - CEP: 45.900-410 - Fone: (71) 341-0134

Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:  
[3r76DgR3]-MARIA DA CONCEIÇÃO QUEIROZ CHAVES.....

Vitória da Conquista, 03/05/2018 14:11:54 - ADPA  
Valido somente com SELO nº. 1255AB962796

Em testemunho 2 da verdade  
LILIAN SANTOS LIMA - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
Emitir: 0,08 / Tax: Fiscalização: 0,63 / Frcon: 0,08 / DF Fub: 1,47

### 1º TABELIONATO DE NOTAS PAES

**FIRMA (SEMELHANÇA)**  
Reconheço por semelhança 2 firma(s) de  
**MARCOS ADRIANO CARDOSO DE OLIVEIRA**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Valor do ato: R\$ 9,50  
Bahia, 03/05/2018  
Bel. BRUNO NACHA PAES - TABELIAO SUBSTITUTO

Ticket: 23619

**Selo de Autenticidade**  
Documento registrado no Tabelião de Notas  
Ato Notarial ou de Registro  
1253.AB877322-5  
Ato Notarial ou de Registro  
1253.AB877321-7  
Consulte o selo em [www.iba.jus.br/autenticidade](http://www.iba.jus.br/autenticidade)

**Selo de Autenticidade**  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
1255.AB962796-6  
Consulte o selo em [www.iba.jus.br/autenticidade](http://www.iba.jus.br/autenticidade)



REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Protocolo nº 3824 Livro 1-Pg

Nº de ordem 2097 Livro 1-70

Averbação nº 2-124/2012

Vitória da Conquista/BA 16/07/2015

*Geane Lacerda Varges*  
Geane Lacerda Varges  
Escrivente Autorizada

# 1º TABELIONATO DE NOTAS PAES

Sel Edgardo Junio Foches Passa - Tabelião - Sel Brando Ribeiro Passa - Tabelião - Sel Carlos Roberto Passa - Tabelião - Sel Edgardo Junio Foches Passa - Tabelião - Sel Brando Ribeiro Passa - Tabelião - Sel Carlos Roberto Passa - Tabelião

## FIRMA (SEMELHANÇA)

Reconheço por semelhança 1 (uma) firma de  
**MARCOS ADRIANO CARDOSO DE OLIVEIRA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Valor do ato: R\$ 4,30  
Data: 03/05/2016

Sel: **URANO R201A PAES - TABELÃO SUBSTITUTO**

Ticket: 23619

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial do 1º Tabelião

1253-AB677626-0



ORIGEM DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
DE PESSOAS JURÍDICAS  
VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Protocolo nº 3884 Livro 1-Pg

Nº de ordem 8097 Livro 1-70

Averbação nº 2-1241/2012

Vitória da Conquista/BA 16.10.2018

Geane Lacerda Vargues  
Escrevente Autorizada